

SANTOS, Adriana Martins dos. *A Construção do Reino: a Igreja Universal e as Instituições Políticas Soteropolitanas (1980-2002)*. Salvador: Saggá Editora. 2017. 240p.

“OS POLÍTICOS DO REINO”: A INSERÇÃO IURDIANA NA POLÍTICA BAIANA

Charlene José de Brito¹

A presença de evangélicos no cenário político brasileiro tem sido bastante notória, haja vista o crescimento da chamada “bancada evangélica”, formada em sua maioria por pentecostais e neopentecostais. A participação de protestantes na política partidária não é algo inédito no Brasil, mas a intensidade com que estes segmentos galgaram espaços nas Câmaras e Congresso nos últimos anos, o é. A conjuntura regional soteropolitana acompanhou o mesmo desempenho observado nacionalmente. Ao estudar os iurdianos, Adriana dos Santos analisou desde a entrada destes no País, até o papel desempenhado pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), nas campanhas de Zelinda Novaes e Reginaldo Germano, em que ambos angariavam vagas para deputada estadual e deputado federal, respectivamente.

Com bastante maestria e embasada por um grande acervo documental e bibliográfico (jornais, revistas, fontes produzidas pelo legislativo e pela própria pesquisadora, no caso das entrevistas, entre outras), a historiadora buscou, nos vinte e dois anos de recorte cronológico que esta pesquisa se inseriu, estudar a expansão e consolidação da IURD no Brasil e em Salvador, as relações que os políticos iurdianos mantiveram com as questões de gênero e as transformações ocorridas na sociedade brasileira. Esses sujeitos não fizeram sua introdução na política acidentalmente. Líderes religiosos e fieis se debruçaram na elaboração de um projeto político de criação do Reino de Deus na Terra, que visava, entre outros objetivos, orientar os prosélitos no cotidiano e na política.

A Construção do Reino: a Igreja Universal e as Instituições Políticas Soteropolitanas é uma obra que nos fornece uma visão

¹ Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Funcionária da Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel/BA.

diferenciada da participação de evangélicos na política. Em primeiro lugar, por se distanciar dos trabalhos doutrinários produzidos pela membresia da IURD. Trata-se de uma rica pesquisa historiográfica, diferente das produções apologéticas comuns até os anos de 1970 no Brasil. Adriana dos Santos usa do seu tino de pesquisadora para extrair, até mesmo da documentação elaborada dentro da instituição religiosa, informações que passariam despercebidas por alguém envolvido subjetivamente. Em outras palavras, a historiadora consegue ler nas entrelinhas, quando de forma pontual e objetiva se debruça sobre as fontes.

A produção de Adriana dos Santos se diferencia das demais pesquisas por abordar sujeitos até então deixados à margem da história. Os historiadores, em sua maioria, pautaram suas análises na atuação de protestantes históricos – Batistas, Metodistas e Presbiterianos –, enquanto os pentecostais e neopentecostais foram negligenciados. O texto ao qual faço menção foi dividido em quatro etapas, e nos traz um apanhado de informações acerca dos iurdianos nos contextos Nacional e Internacional, quer seja na participação na política partidária e/ou assistencialista, nas relações de gênero, no seu crescimento e visibilidade nos tempos atuais.

No capítulo primeiro, *O Reino de Deus na ALBA: políticos iurdianos no Legislativo baiano*, a autora fez um apanhado dos antecedentes protestantes no Brasil, da entrada dos evangélicos históricos no período imperial, o chamado protestantismo de imigração que visava oferecer apoio espiritual aos imigrantes que aqui habitavam, sem qualquer preocupação com a expansão da fé. Da segunda onda, chamada de Missionária, quando a intenção passou a ser a distribuição de Bíblias através dos colportores e o proselitismo com o objetivo de atrair fiéis nacionais. Em um terceiro momento, Adriana dos Santos tratou das dissidências no seio do protestantismo histórico, com o surgimento do pentecostalismo e deste, o cisma com o desenvolvimento do neopentecostalismo.

A tônica deste capítulo está, principalmente, na elaborada discussão sobre crescimento pentecostal e neopentecostal no Brasil e internacionalmente. Mesmo com tamanha abrangência da abordagem, a historiadora não foge do seu foco de trabalho que é o aparecimento da IURD, sua expansão e inserção na política baiana. Através de idas e vindas, do que nós historiadores chamamos de alcance histórico,

Adriana dos Santos consegue relacionar as características dos grupos pentecostais: apelos, emoções, glossolalias, entre outros aspectos, com as fontes e bibliografias de maneira tão espetacular, que o que seria algo fastidioso, se transforma em uma leitura bastante prazerosa e rica em informações. Ela traz essas peculiaridades dos cultos iurdianos, sempre relacionando-as com a simbologia presente na religiosidade soteropolitana, permeada pelos traços das religiões de matriz africana e dos dogmas católicos.

Finaliza com a análise da atuação dos iurdianos, Zelinda Novaes e José de Arimateia, na Assembleia Legislativa da Bahia, com seus projetos de viés assistencialistas aprovados e uma primeira tentativa de pôr em prática a criação de um Reino de Deus na Terra. A crítica da autora recai sobre esse modelo assistencial e se alarga ao observar que das propostas apresentadas pelos políticos, as que foram vistas com bons olhos e admitidas, beneficiavam apenas associações e a própria IURD. Quando se tratava realmente de legislar, nem Novaes e nem Arimatéia conseguiram o respaldo esperado.

Adriana dos Santos, no segundo capítulo *O Reino de Deus no Legislativo Municipal: bolinhos de Jesus, Orixás do Tororó e outras histórias* traça o perfil de alguns vereadores na Câmara de Salvador, entre eles: Domingos Bonifácio (Bom Domingos), Geraldo Alves Ferreira (O Geraldão), Alexandre Madureira e Eronildes Vasconcelos (Tia Eron). Nos mandatos desses parlamentares, a autora percebeu similitudes com o modelo de atuação adotado pelos iurdianos ligados aos poderes estadual e federal. Os projetos estiveram vinculados aos interesses dos evangélicos e da IURD. Entre as propostas analisadas, cabe destacar as contendas referentes às estátuas dos Orixás do Dique do Tororó e a comercialização do acarajé pelas baianas em Salvador.

No primeiro episódio, durante o governo de Antônio Imbassahy, no processo de remodelação do Dique, a “bancada evangélica baiana” (não apenas os iurdianos) se uniu contra a instalação das imagens dos Orixás. Alegavam preconceito contra outras manifestações religiosas ao representar apenas as religiões de matriz africana, tinham como justificativa o Estado Laico. De forma imparcial, Adriana dos Santos, através dos documentos do Legislativo e dos periódicos produzidos pela IURD, estudou a complexidade e notoriedade que este caso foi ganhando na Câmara Municipal, no

Estado e entre os evangélicos. Fato este que acabou como a derrota dos protestantes.

Ainda sob a mesma administração, os evangélicos viriam a se envolver em outro evento conflitante, a venda do Acarajé, também chamado pelos recém-convertidos ao protestantismo de “bolinho de Jesus”. Imbassahy ao padronizar a venda dessa iguaria, determinando que fosse realizada por “baianas autênticas”, tirou dos evangélicos a possibilidade de venda do bolinho. Mais uma vez os parlamentares contrários à medida entraram em cena. Porém, a disputa não se dava apenas no plano do Legislativo, associações de negros e negras da Bahia também exigiam a caracterização das vendedoras e o tombamento da comida. Consta ainda, o Registro no Livro dos Saberes, exigido pela Associação Nacional das Baianas do Acarajé (ABAM), em parceria com o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) e o Terreiro Ilê Axê Opô Afonjá, como forma de preservação da cultura negra. A autora deixa evidente que entre os iurdianos os impasses religiosos estiveram intrinsecamente ligados aos políticos. E que em diversos momentos o campo religioso se confundia com o público, seja nas homenagens prestadas aos evangélicos como forma de angariar visibilidade, em uma sociedade de maioria católica, ou através do corporativismo evangélico que visava ampliar o capital político.

No capítulo terceiro, *O Reino de Deus entre a cabeça e a coroa: perfis femininos e masculinos na Igreja Universal*, dedicado ao estudo de gênero, a autora desnuda um campo pouco explorado pelos historiadores da religião. Considero uma das etapas mais ousadas do texto, por se tratar também de um estudo das mulheres, sujeitos tidos como subalternos da história e, sobretudo por estas serem iurdianas, haja vista na IURD a posição de obreira ser a mais alta ocupada por uma mulher. Salta aos olhos a preocupação da Adriana dos Santos em trabalhar com os perfis femininos e masculinos, ao propor uma história das relações sociais entre homens e mulheres, sob influência da nova História Social e da Nova História, fugindo do modelo compartimentado de História das Mulheres, vislumbrado pelos pós-estruturalistas.

A escrita da historiadora nesse terceiro capítulo, bem como as discussões suscitadas, nos levam a pensar que dentro da IURD nem sempre as mulheres foram excluídas. Ao discorrer sobre a participação

feminina entre os/as iurdianos/as nos anos de 1970, evidencia o trabalho desse segmento, junto aos homens, ocupando a função de pastoras. A equidade notada nos primórdios da IURD fora rompida em ambiente brasileiro. Nesta sociedade, os pentecostais que aqui atuavam, mesmo de denominações díspares, reproduziam comportamentos de gênero e alguns valores machistas. Tais visões foram ressignificadas dentro do meio evangélico, quando muitos líderes religiosos passaram a usar textos bíblicos e publicações da própria Igreja a fim de demarcar o lugar a ser ocupado pelas mulheres, quase sempre o de subalternidade.

No entanto, não são apenas as mulheres que devem dedicar a vida ao Espírito Santo. Cabe aos “homens de Deus”, além de honrar e lutar pela família, evitar uma série de “comportamentos ilícitos”, a saber: sexo fora do casamento, sodomia, relações homoafetivas, entre outros. Mesmo com a delimitação de papéis, ainda são as mulheres as mais prejudicadas quando se traça os perfis de gênero. E não se trata de uma visão conservadora dos iurdianos, ou de bispos como Edir Macedo. Apesar das muitas conquistas femininas, as mulheres ainda ocupam poucos cargos de chefia, recebem menos pela mesma função exercida por um homem, possuem jornadas duplas, triplas de trabalho, para citar apenas algumas diferenças.

Mesmo não sendo a intenção de Adriana dos Santos, analisar a trajetória das evangélicas que adentraram na política soteropolitana, a mesma indica várias possibilidades de análise a partir dos mandatos da deputada Zelinda Novaes e da vereadora Eronildes Vasconcelos. Tema que poderá ser melhor explorado em momento posterior, ou por outros estudiosos. A discussão acerca do posicionamento dos evangélicos iurdianos, quando se trata do aborto, também não foi desenvolvida com o mesmo fervor dedicado as análises dos capítulos primeiro e segundo. Há lacunas que precisam ser preenchidas, não apenas sobre a opinião pessoal da deputada Zelinda Novaes e sua trajetória enquanto deputada iurdiana, mas ainda as divergências sobre o tema entre os membros da IURD. Porém, o texto não fica menos rico, pelo contrário, nos apresenta várias possibilidades de estudos. Demonstra que a pesquisa não se esgota neste trabalho. É um texto que não termina aqui, que requer mais tempo de análise do que o oferecido em um programa de pós-graduação.



E no último capítulo, *O Reino de Deus na Terra: discurso e prática política iurdiana*, a autora trata das aproximações dos políticos evangélicos com os candidatos à Presidência da República, em um primeiro momento, apoiaram Fernando Henrique Cardoso e Fernando Collor de Mello e em outro, Luís Inácio da Silva. A autora questiona essas mudanças no apoio e nos discursos presentes nos periódicos iurdianos, em que Luís Inácio fora classificado de “diabo barbudo”, e em um pleito posterior passou a ser caracterizado como um político sério, por exemplo.

Adriana dos Santos analisa, no decorrer da década de 1990, as rupturas e permanências nos discursos iurdianos presente nos jornais e revistas da instituição. Apresenta cada detalhe na forma de ver e de fazer política, da pré-milenarista à pós-milenarista. O capítulo termina do mesmo modo que o terceiro, cheio de indagações. A própria pesquisadora admite ter mais perguntas que respostas, o que vejo como algo positivo, por dar margem a novos questionamentos e novas possibilidades de pesquisa. Este trabalho é inédito, leitura indispensável a quem interessa compreender a atual conjuntura política e religiosa do Brasil, de alargamento da “bancada evangélica”, de debates de temas transversais e de gênero.

Recebido em 15/02/2017 - Aprovado em 30/03/2017